

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações financeiras referentes aos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
e 2022 e relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	12
Balancos patrimoniais	16
Demonstrações dos resultados	17
Demonstrações dos resultados abrangentes	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras	21

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, bem como sumário do trabalho que a Rodovias Integradas do Oeste S.A. – (“CCR SPVias” ou “Companhia” ou “Concessionária”) vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados.

1.2 Apresentação

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 10 de fevereiro de 2000 e passou a integrar o Grupo CCR a partir do ano de 2010. A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente 100% do capital social da Companhia. A CCR SPVias está localizada na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo e foi outorgada em 1999. A CCR SPVias administra 516 quilômetros de rodovias que compõem o Lote 20 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, por onde trafegam diariamente mais de 91 mil veículos, compreendendo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), formando assim um importante eixo de ligação entre o sudoeste do Estado de São Paulo e o Estado do Paraná.

A Companhia conta com 627 colaboradores para oferecer conforto, fluidez e segurança aos usuários, beneficiando ainda uma população lindeira de aproximadamente 936 mil habitantes.

A Companhia desenvolve também programas socioculturais e ambientais, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam usuários e as comunidades da região abrangida pelo lote da Concessionária. São projetos de educação para o trânsito, qualidade de vida para os motoristas e pedestres, e diversos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida.

1.3 Destaques do ano de 2023

Destaques financeiros

- Captação de Debêntures em fevereiro no valor de R\$ 125.000 a CDI + 1,70% a.a.;
- Distribuição de Dividendos no valor de R\$ 120.756; e
- Pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R\$ 18.488.

Destaque operacional

- A Companhia tem contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo das rodovias. Em 1999, ano anterior ao início da concessão, foram registradas 108 mortes, sendo que em 2023 foram constatadas 55 mortes, ou seja, uma redução de 49% no número de mortes.

As obras listadas abaixo, foram entregues em 2023:

Recuperação do pavimento das rodovias (Pista e Trevos)

- SP-255 – Rodovia João Mellão;
- SP-270 – Rodovia Raposo Tavares;
- SP-258 – Rodovia Francisco Alves Negrão;
- SP-127 – Rodovia Antonio Romano Schincariol e Rodovia Francisco da Silva Pontes; e
- SP-280 – Rodovia Castelo Branco.

2. Estratégia e gestão

2.1 Governança corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por oito membros efetivos, residentes no país. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Diretoria Executiva

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. O cargo de Diretor Presidente é exercido pelo Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo e o cargo de Diretor de Operações é exercido pelo Sr. Guilherme Motta Gomes. A Companhia está localizada na Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4, Bairro Gardinha, Tatuí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/spvias.

2.2 Gestão de pessoas

A CCR embasada em uma cultura de princípios e valores alinhados ao desenvolvimento das pessoas, conta com o apoio da Academia CCR para potencializar a capacidade transformadora do aprendizado aos colaboradores e lideranças, ofertando subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Em 2023, a Academia CCR atuou na estratégia de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores da Plataforma Rodovias. Para a SPVias foram realizadas 13.211 horas de treinamento, com 84,1% de treinamentos na modalidade on-line, 11,3% na modalidade presencial e 4,6% na modalidade combinada (semipresencial). Temos o registro de 2.832 cursos concluídos e registrados na plataforma HCM, dentre treinamentos obrigatórios, essenciais e institucionais. Foram desenvolvidas 7 soluções educacionais novas para as áreas de Operações e Engenharia como um todo.

Em 2023, a Academia CCR registrou um investimento de R\$ 210.643 em programas de treinamento e capacitação de pessoas para a unidade SPVias.

3. Desempenho econômico e financeiro

3.1 Mercado

A Companhia administra um conjunto de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões mais importantes economicamente do Brasil. Estas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e a região sudoeste do Estado de São Paulo, além dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

As rodovias funcionam como um importante meio para o escoamento da produção agrícola do sudoeste de São Paulo até a capital e Porto de Santos. A Companhia acredita que suas rodovias representam um importante

elemento para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país.

Desempenho

Em R\$ mil	2023	2022	Var.%
Receita Líquida	1.023.664	807.921	26,70%
Receita de Pedágio	980.755	854.773	14,74%
Receita de Construção (ICPC 01 R1)	122.287	23.219	426,67%
Outras Receitas	6.814	4.463	52,68%
(-) Deduções da Receita Bruta	(86.192)	(74.534)	15,64%
(-) Custos e Despesas (a)	(633.032)	(521.753)	21,33%
Custo de Construção (ICPC 01 R1)	(122.287)	(23.219)	426,67%
Demais Custos e Despesas	(510.745)	(498.534)	2,45%
(-) Resultado Financeiro Líquido	(133.934)	(147.866)	-9,42%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(78.865)	(43.656)	80,65%
Lucro Líquido	177.833	94.646	87,89%
(+) Resultado Financeiro Líquido	133.934	147.866	-9,42%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	78.865	43.656	80,65%
EBIT (b)	390.632	286.168	36,50%
Margem EBIT	38,16%	35,42%	7,74%
Margem EBIT ajustada (c)	43,34%	36,47%	18,83%
(+) Depreciação e amortização	178.546	187.588	-4,82%
EBITDA (b)	569.178	473.756	20,14%
Margem EBITDA	55,60%	58,64%	-5,18%
(+) Provisão de manutenção (d)	92.974	87.954	5,71%
EBITDA ajustado	662.152	561.710	17,88%
Margem EBITDA ajustada	73,46%	71,58%	2,63%
Endividamento bruto (e)	1.105.383	1.184.117	-6,65%
Investimentos	167.726	43.171	288,90%
Veículos equivalentes (em milhares)	70.234	66.197	6,10%

- (a) Custos e despesas: os itens deste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia por função nos seguintes grupos: Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos, Despesas Gerais e Administrativas, Outros Resultados Operacionais;
- (b) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (c) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais;
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras;
- (e) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquido dos custos de transação).

3.1.1 Receita operacional

A receita de pedágio totalizou em 2023 R\$ 980.755 (14,7% sobre 2022). O aumento da receita é reflexo do aumento de tráfego de 6,7% no mesmo período, sob influência do início da cobrança de eixo suspenso (SEFAZ) a partir de 1º de outubro de 2023 e do reajuste tarifário contratual de 3,94% além do reajuste adicional de R\$ 0,10 vigentes a partir de julho. A queda na receita de numerário/cheque é reflexo do aumento da adesão AVI, que na SPVias atingiu 72,1% no ano de 2023; e da habilitação dos novos meios de pagamento: cartão de débito e crédito, que, desde a implantação, registram crescimento mensalmente.

3.1.2 Custos e despesas

Os custos e despesas apresentaram um aumento de 21,3% em relação a 2022, perfazendo R\$ 633.032 no ano de 2023. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 122.287, aumento de 426,7% em relação a 2022, impactado principalmente pela obra de Duplicação do Trecho Urbano de Itapeva;
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 92.974 e apresentou um aumento de 5,7% em 2023, em relação ao ano de 2022, considerando a realização de revisões nas soluções e estimativas de custos com manutenções necessárias para atendimento ao novo ciclo de manutenção no pavimento decorrente ao Acordo Definitivo com o Estado em 31 de março de 2022, previsto até setembro de 2028 e das obrigações contratuais, firmadas no contrato de concessão e com a aprovações dos projetos de intervenção junto ao poder concedente;
- Os custos de depreciação e amortização somaram R\$ 178.546 no ano de 2023. A redução de 4,8% é reflexo do recálculo da curva de amortização, impactado diretamente pelo aditivo de extensão do prazo de Concessão;
- O custo de outorga atingiu R\$ 16.331. O aumento de 17,6% em relação a 2022, deve-se principalmente ao aumento da receita de pedágio que é reflexo do crescimento do tráfego, além do reajuste tarifário;
- O custo dos serviços de terceiros totalizou R\$ 56.608 no ano de 2023, aumento de 9,0% em relação a 2022, decorrente principalmente das faturas *Intercompanies*- Contrato negociado entre Unidade e GBS;
- O custo com pessoal atingiu R\$ 73.326 no ano de 2023, registrando um aumento de 23,6% quando comparado com o ano de 2022. Esse aumento é reflexo principalmente dos gastos compartilhados com pessoal referente às faturas de Custeio GBS, adequação salarial, auxílio creche paternidade retroativo e gastos com assistência médica que está relacionado com a utilização do plano de saúde, reajuste contratual e sinistralidade apurada no período; e
- Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram uma redução de 5,0% em relação ao ano de 2022 e atingiram R\$ 92.960 no ano de 2023. Essa redução deve-se principalmente por menores valores realizados em multas aplicadas pelo Poder Concedente.

3.1.3 Resultado financeiro

No ano de 2023, o resultado financeiro líquido negativo registrado foi de R\$ 133.934 comparado a um resultado de R\$ 147.866 em 2022. A redução de 9,4% ocorreu principalmente pela variação do CDI, além de nova captação ocorrida em 2023.

3.1.4 Lucro líquido

O lucro líquido registrado nesse ano foi de R\$ 177.833, atingindo um aumento de 87,9% quando comparado ao ano anterior, ocasionado principalmente pelo aumento de receita.

3.1.5 Endividamento

No ano de 2023 a dívida bruta alcançou R\$ 1.105.385 em comparação a R\$ 1.184.117 em 2022.

3.1.6 Investimentos

A Companhia investiu cerca de R\$ 167.726 em 2023, nas rodovias SP-127, SP-255, SP-258, SP-270 e SP-280. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para

melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destacam-se:

SP-255 – Rodovia João Mellão

- Duplicação do km 254+280 ao km 261+420 em Avaré;
- Duplicação Avaré - 2ª Fase;
- Recuperação pavimento Trevo; e
- Duplicação do km 239 ao km 254.

SP-270 – Rodovia Raposo Tavares

- Duplicação do km 115,5 ao km 158,4;
- Recuperação pavimento;
- Recuperação pavimento do km 158 ao km 168;
- Recuperação pavimento do trevo km 115 ao km 158; e
- Recuperação pavimento do trevo km 158 ao km 168.

SP-258 – Rodovia Francisco Alves Negrão

- Duplicação do km 339,15 ao km 342,67 Cont. Itararé;
- Duplicação do km 282,7 ao km 284,7 Cont. Itapeva;
- Recuperação pavimento do km 222,8 ao km 342,6;
- Recuperação pavimento Trevos;
- Duplicação Capão Bonito – Itararé;
- Duplicação Trecho Urbano de Itapeva;
- Duplicação Trecho Urbano de Itararé; e
- Adequação Passarela km 283+200

SP-127 – Rodovia Antonio Romano Schincariol e Rodovia Francisco da Silva Pontes

- Recuperação do pavimento da rodovia no km 158 ao 213;
- Recuperação do pavimento da rodovia no km 105 ao 148;
- Remodelação Dispositivo km 110;
- Remodelação Dispositivo km 113;
- Remodelação Dispositivo km 115; e
- Adequação Passarela Delmar km 113.

SP-280 – Rodovia Castelo Branco

- Revitalização dos viadutos Serra de Botucatu;
- Recuperação pavimento do km 129,6 ao km 315;
- Recuperação pavimento Trevo; e
- Implantação de dispositivo do km 292.

4. Sustentabilidade

A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Integridade. A atuação do Conselho de Administração, por meio

do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

Em 2023, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 13ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, conquistamos *rating* AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização, e a aprovação das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi), tornando-se com essa iniciativa, a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar este compromisso público de descarbonização. Ainda, somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 10 anos consecutivos. O *score* do CDP (Carbon Disclosure Project) 2023, não foi disponibilizado até a data de publicação deste Relatório.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia, conforme descrito no item 2.3.3.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item [Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR](#).

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.1 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.

- Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento Ambição *Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.
- Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica.

4.2 Instituto CCR

O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, campanhas, voluntariado e programas proprietários.

Em 2023, 3,2 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente, 35 unidades do Grupo beneficiadas, 555 municípios impactados e mais de R\$ 54 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal.

O Grupo CCR é o principal apoiador da temporada 2023/2024 do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, garantindo a gratuidade das visitas ao local aos sábados. Desde 2022, a CCR é mantenedora do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. Este apoio, permitiu a retomada das entradas gratuitas às terças-feiras, fazendo com que o Museu atingisse a marca de 300 mil visitantes. Além disso, a Companhia patrocina há sete anos a Flipelô (Festa Literária Internacional do Pelourinho) e a Fundação Casa de Jorge Amado, em Salvador, custeando a entrada gratuita ao centro cultural todas as quartas-feiras. Em 2023, o Grupo CCR se tornou o patrocinador ouro e parceiro oficial de mobilidade da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), transportando escritores e comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas ao festival, além de promover uma programação gratuita sobre brasilidade, empoderamento feminino e combate às mudanças climáticas.

O Grupo CCR se tornou um dos principais patrocinadores do Instituto Tomie Ohtake, polo cultural relevante da cidade de São Paulo. Para celebrar a parceria, a Companhia realizou uma exposição em homenagem à artista plástica que dá nome ao centro cultural. A mostra marca o início do projeto Centenários, em que, periodicamente, o Grupo CCR prestará tributo em seus modais a grandes nomes da cultura brasileira com ações para a difusão do seu legado. O Grupo CCR também assinou uma parceria com o Projeto Portinari para promover uma série de ações culturais em homenagem a Candido Portinari, entre outros, um dos mais importantes pintores brasileiros de todos os tempos.

O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, fechou o ano de 2023 beneficiando mais de 3,9 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 232 municípios e 26 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas.

O programa Caminhos para a Saúde continuou a sua expansão e, em 2023 iniciou as suas atividades na CCR Aeroportos, atendendo seis unidades do modal. Em Mobilidade, expandiu a sua atuação para o VLT Carioca, além de continuar as atividades nas unidades CCR Metrô Bahia, CCR Barcas e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9. Ao longo do ano, foram realizadas ações em todas as unidades de Rodovias. No total, foram mais de 52 mil atendimentos e mais de 64 mil procedimentos.

Todas as ações contaram com serviços de saúde e bem-estar para a população.

O Instituto CCR realizou diversas ações de voluntariado ao longo de 2023. Foram mais de 1,6 mil colaboradores cadastrados, beneficiando mais de 10 mil pessoas de 48 instituições em 12 estados.

Saiba mais em www.institutoccr.com.br.

Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia:

- **Projeto Itinerantes** - No ano de 2023, tivemos 3 projetos itinerantes – “A Mágica Carruagem de Inácio” da Cia Parafernália, “Comunidades Criativas” da Flamingo Comunicação, apoiados via incentivo fiscal e o “Street Art CCR”, via aporte direto. A Mágica Carruagem de Inacio impactou 800 alunos de ensino fundamental da rede pública de Tatuí, cidade limdeira à concessionária. A peça se trata de iniciativa inspiradora e de grande importância para promover a conscientização sobre a inclusão social. Já os projetos Comunidades Criativas e Street art CCR se trata de iniciativas que envolvem o grafite. Em uma escola estadual de Tatuí e em um Programa de Contraturno de Itapetininga, o “Comunidades Criativas” envolveu adolescentes na dinâmica de oficinas sobre grafite que serviram para inspiração para que os alunos criassem desenhos, o desenho elegido com mais votos foi reproduzido no muro das instituições pelos estudantes e com o auxílio de um artista local, além disso, posteriormente todos eles foram destaque em um livro sobre o projeto. O Street Art CCR teve uma dinâmica diferente, no COSC, instituição social de Tatuí, o projeto levou cores para os 650m de muro que cerca o local, as artes foram feitas por artistas escolhidos para estampar as particularidades da instituição a partir de um workshop realizado com as crianças e adolescentes atendidos. Além disso, em 2023 projetos envolvendo música, arte e cultura foram patrocinados, sendo eles “Conservatório de Tatuí”, uma das maiores escolas de música da América Latina que forma instrumentistas, cantores, atores e luthiers de prestígio internacional e tem polos em Tatuí e São José do Rio Pardo e o “Projeto Guri”, que na região da SPVias tem polos em Capela do Alto e Itatinga, ele é voltado para crianças e adolescentes, e proporciona a oportunidade de crescimento cultural e inclusão social, por meio de uma educação musical de qualidade apoiada pelo trabalho social.
- **Programa Caminhos para Cidadania** - O Programa Caminhos para a Cidadania, proprietário do Instituto CCR, tem o objetivo de capacitar os professores para serem multiplicadores de conceitos relativos à cidadania. O programa, na CCR SPVias, alcançou cerca de 20.000 alunos e 900 professores nos 19 municípios limdeiros participantes do programa. Em 2023 o tema norteador do curso ead de 40h foi “Leitura de Mundo: Alfabetizando com Cidadania”, além disso houve um extra com um minicurso ead de 10h com o tema “Cidades Sustentáveis. Mobilidade e Educação”. Além disso, os professores, tiveram acesso a 23 curadorias educativas, 15 materiais e jogos educativos no site do programa (www.caminhosparaacidania.com.br), 5 seminários online, 8 videoaulas da série “Cultura de Paz nas escolas” e um Concurso Cultural que premiou 10 professores, sendo 1 da região da CCR SPVias. Em Cerqueira César, uma que recebeu 30 mil reais para realização de benfeitorias que envolvam a escola vencedora no projeto e a professora participante do programa ganhou 1 notebook para uso próprio.
- **Caminhos para a saúde** - O Programa Caminhos para a Saúde, também proprietário do Instituto CCR, tem como foco a diminuição dos riscos de acidentes provocados por problemas relacionados à saúde integral dos motoristas/caminhoneiros (física e mental), bem como a saúde do caminhão. Na CCR SPVias, no ano de 2023 foram realizadas 10 ações itinerantes no posto de serviços parceiro da concessionária e 1 ação adicional numa praça pública. No Autoposto Cerrado em Alambari-SP, mais de 1mil caminhoneiros e motoristas no geral foram atendidos por enfermeiros, voluntários do Projeto Help (Cantinho do Desabafo) e Check Up, para a realização de exames gratuitos de colesterol, glicemia e aferição da pressão arterial, bem como a distribuição de material educativo, orientação sobre saúde e qualidade de vida e ckeck-up gratuito do caminhão. Já a ação adicional foi realizada na Praça Largo dos Amores, no município de Itapetininga-SP e além dos serviços de enfermagem levou atendimento gratuito de cabelereiro e massoterapeuta para 227 cidadãos e pedestres residentes na cidade limdeira à concessionária.

- **Campanha da Solidariedade** - No ano de 2023, o Instituto CCR abordou a gentileza como tema principal de suas ações institucionais. Assim, a temática esteve presente nas campanhas de arrecadação e doação de roupas, itens de higiene pessoal e alimentos. Todas essas iniciativas contaram com o apoio da Apae Brasil e no caso da CCR SPVias, as arrecadações de 1.062 peças de roupa e 180 itens de higiene foram direcionados para a APAE de Capão Bonito e 445 peças de roupa e 65,8 kg de alimentos direcionados para a APAE de Tatuí.
- **Campanha Lacre Solidário** - Em 2023, o Instituto CCR, em parceria com a Apae Brasil, lançou a campanha "Lacre Solidário", iniciativa que foi realizada durante todo o ano e na CCR SPVias contou com 11 pontos inteiros de arrecadação, ao todo foram arrecadados cerca de 40 kg de lacres destinados a APAE de Tatuí-SP.

No ano de 2023, a unidade CCR SPVias, realizou a doação no valor de R\$ 1.953 ao Instituto CCR.

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

Na Companhia, participamos anualmente da Premiação "Melhor Concessionária do Ano", feita pela Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP). Porém, os resultados de 2023 ainda não foram divulgados.

5. Considerações finais

5.1 Agradecimentos

A Companhia agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos usuários, fornecedores e instituições financeiras. Aos nossos colaboradores, nosso agradecimento pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

5.2 Auditores independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Tatuí, 7 de março de 2024.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Tatuí - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodovias Integradas do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 3.7, 3.14 e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 146.664 referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.– Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.– Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos

aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria.

Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Alyster Suusmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		211.370	198.275
Caixa e equivalentes de caixa	6	125.818	133.497
Aplicações financeiras	6	4.984	547
Contas a receber	7.1	67.604	54.860
Contas a receber de partes relacionadas	9	7.161	5.424
Tributos a recuperar		1.629	1.163
Adiantamentos a fornecedores		885	-
Despesas antecipadas e outros créditos		3.289	2.784
Não circulante		1.528.349	1.455.199
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		725	66
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	39.380	6.842
Depósitos judiciais		158.482	122.832
Imobilizado	10	68.890	43.306
Intangível	11	1.093.712	1.259.576
Infraestrutura em construção	11	166.923	22.454
Direito de uso em arrendamento		237	123
Total do Ativo		1.739.719	1.653.474
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Circulante		325.368	332.981
Debêntures	12	225.484	252.363
Fornecedores		32.042	26.837
Imposto de renda e contribuição social		31.692	23.090
Impostos e contribuições a recolher		10.500	6.749
ISS a recolher		5.564	4.738
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias		8.186	8.152
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	3.683	2.011
Juros sobre capital próprio	9	4.178	4.099
Provisão de manutenção	14	1.306	1.096
Obrigações com o Poder Concedente	19.1	1.494	1.269
Outras obrigações com o Poder Concedente		-	245
Passivo de arrendamento		199	86
Outras obrigações		1.040	2.246
Não circulante		1.124.846	1.068.814
Debêntures	12	879.901	931.754
Pis e Cofins diferidos		1.523	852
Obrigações trabalhistas e previdenciária		93	-
Fornecedores		8.528	4.795
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	13	5.665	10.297
Provisão de manutenção	14	229.083	121.067
Passivo de arrendamento		53	49
Patrimônio Líquido	15	289.505	251.679
Capital social		205.225	205.225
Reservas de capital		55	-
Reservas de lucros		84.225	34.413
Dividendo adicional proposto		-	12.041
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.739.719	1.653.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações de resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	16	1.023.664	807.921
Custos dos serviços prestados		(580.035)	(470.007)
Custo de construção		(122.287)	(23.219)
Serviços		(92.846)	(89.458)
Custo da outorga	19	(16.331)	(13.886)
Depreciação e amortização	10 e 11	(176.824)	(186.145)
Custo com pessoal		(47.435)	(41.813)
Provisão de manutenção	14	(92.974)	(87.954)
Materiais, equipamentos e veículos		(21.247)	(18.982)
Outros		(10.091)	(8.550)
Lucro bruto		443.629	337.914
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(52.997)	(51.746)
Despesas com pessoal		(25.891)	(17.512)
Serviços		(10.665)	(12.981)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.008)	(980)
Depreciação e amortização	10 e 11	(1.722)	(1.443)
Reversão (provisão) para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	13.1	4.632	(957)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(2.208)	(781)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(3.333)	(2.059)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		(895)	(7.728)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(503)	(480)
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7	(69)	(18)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(4.471)	(2.840)
Indenizações		(2.969)	(2.002)
Outras despesas (receitas) operacionais		(3.895)	(1.965)
Resultado antes do resultado financeiro		390.632	286.168
Resultado financeiro	17	(133.934)	(147.866)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		256.698	138.302
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	8.1	(78.865)	(43.656)
Lucro líquido do exercício		177.833	94.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	177.833	94.646
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	177.833	94.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
			Plano de Incentivo de Longo Prazo	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2022		205.225	-	29.681	26.924	-	-	261.830
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	94.646	94.646
Distribuição de dividendos em 29 de abril de 2022		-	-	-	(26.924)	-	-	(26.924)
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	4.732	-	-	(4.732)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 28 de novembro de 2022		-	-	-	-	-	(59.865)	(59.865)
Juros sobre capital próprio em 25 de março de 2022 (líquido)		-	-	-	-	-	(3.570)	(3.570)
Juros sobre capital próprio em 25 de março de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	-	(630)	(630)
Juros sobre capital próprio em 23 de junho de 2022 (líquido)		-	-	-	-	-	(3.738)	(3.738)
Juros sobre capital próprio em 23 de junho de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	-	(660)	(660)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2022 (líquido)		-	-	-	-	-	(3.900)	(3.900)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	-	(688)	(688)
Juros sobre capital próprio em 06 de dezembro de 2022 (líquido)		-	-	-	-	-	(4.099)	(4.099)
Juros sobre capital próprio em 06 de dezembro de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	-	(723)	(723)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	12.041	(12.041)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		205.225	-	34.413	-	12.041	-	251.679
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	177.833	177.833
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	15.6	-	55	-	-	-	-	55
Juros sobre capital próprio em 24 de março de 2023 (líquido)	15.4	-	-	-	-	-	(3.632)	(3.632)
Juros sobre capital próprio em 24 de março de 2023 (IRRF)	15.4	-	-	-	-	-	(641)	(641)
Juros sobre capital próprio em 24 de junho de 2023 (líquido)	15.4	-	-	-	-	-	(4.119)	(4.119)
Juros sobre capital próprio em 24 de junho de 2023 (IRRF)	15.4	-	-	-	-	-	(727)	(727)
Juros sobre capital próprio em 21 de setembro de 2023 (líquido)	15.4	-	-	-	-	-	(4.480)	(4.480)
Juros sobre capital próprio em 21 de setembro de 2023 (IRRF)	15.4	-	-	-	-	-	(790)	(790)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (líquido)	15.4	-	-	-	-	-	(4.179)	(4.179)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (IRRF)	15.4	-	-	-	-	-	(737)	(737)
Pagamento de Dividendo Adicional Proposto em 26 de abril de 2023	15.5	-	-	-	-	(12.041)	-	(12.041)
Distribuição de dividendos intermediários em 24 de Novembro de 2023	15.5	-	-	-	-	-	(108.716)	(108.716)
Reserva Legal	15.2	-	-	6.632	-	-	(6.632)	-
Reserva de retenção de lucros	15.3	-	-	-	43.180	-	(43.180)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		205.225	55	41.045	43.180	-	-	289.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		177.833	94.646
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(32.538)	(33.205)
Depreciação e amortização	10 e 11	178.356	187.320
Depreciação – Direito de uso em arrendamento		190	268
Baixa do ativo imobilizado	10	259	50
Capitalização de custo de debêntures	10 e 11	(15.206)	(2.846)
Juros e variação monetária sobre debêntures	17	167.790	172.641
Constituição da provisão de manutenção	14	92.974	87.954
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	14	15.418	4.308
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7	69	18
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	13.1	4.326	5.764
Juros e variação monetária com partes relacionadas	17	-	173
Resultado com operações de derivativos e valor justo de debêntures (fair value option)	17	-	(1.931)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	17	4	3
Rendimento de aplicação financeira		(329)	(1.209)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	17	30	14
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	15.6	55	-
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7	(12.813)	(3.214)
Contas a receber de partes relacionadas	9	(1.737)	(5.365)
Tributos a recuperar		(1.123)	(767)
Adiantamentos a fornecedor		(885)	-
Depósitos judiciais, despesas antecipadas e outros créditos		(36.155)	(34.686)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		8.934	14.749
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	1.672	(4.971)
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias		127	1.849
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social		109.091	74.268
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(98.808)	(71.380)
Obrigações com o Poder Concedente		(265)	130
Realização da provisão de manutenção	14	(166)	-
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	13	(8.958)	(4.807)
Pis e Cofins diferidos		671	524
Outras obrigações com o Poder Concedente		245	245
Outras obrigações		(1.206)	(2.563)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		547.855	477.980
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(29.738)	(17.435)
Adições ao ativo intangível	11	(137.988)	(22.287)
Outros de ativo intangível	11	126	162
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	(4.102)	14.682
Aplicações na conta reserva líquidas de resgate	6	(6)	(170)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(171.708)	(25.048)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Debêntures:			
Captações (líquidas de custos de transação)	12	122.426	159.116
Pagamento de principal e juros	12	(368.948)	(456.847)
Cessão onerosa:			
Pagamento de principal e juros		-	(5.021)
Arrendamento:			
Pagamento de principal e juros		(217)	(302)
Liquidação de operações com derivativos		-	2.165
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(137.087)	(97.997)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(383.826)	(398.886)
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		(7.679)	54.046
No início do exercício		133.497	79.451
No final do exercício		125.818	133.497
		(7.679)	54.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede está localizado na Rodovia Antônio Romano Schincariol, (SP-127), Km 112+400, no município de Tatuí, estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas operações em 10 de fevereiro de 2000 e tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 18 de setembro de 2028, a exploração do Sistema Rodoviário incluindo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, de acordo com o Edital de Concorrência nº 20/CIC/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 11 de fevereiro de 2000. A tarifa de pedágio aplicável é especificada no contrato de concessão e está sujeita a um reajuste anual, em julho, com base nas fórmulas de reajuste estipuladas.

Em 31 de março de 2022 foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 1/2022 (Acordo Definitivo) entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente"), com a interveniência e anuência da ARTESP.

Observando-se os termos e condições previstas no Termo Aditivo e Modificativo Preliminar Coletivo nº 1/2021, que foi celebrado no dia 29 de junho de 2021, o Acordo Definitivo teve o objetivo de (i) estabelecer os valores finais, apurados a partir dos cálculos realizados pela ARTESP, de cada um dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos objeto do Acordo Definitivo, reconhecidos de forma irrevogável e irreatável no Acordo Preliminar; (ii) disciplinar as responsabilidades das partes e da ARTESP quanto às medidas necessárias para o encerramento das ações judiciais objeto do Acordo Definitivo; (iii) estabelecer que a Companhia assumirá a execução de novos investimentos e manutenções programadas.

Com a assinatura do Acordo Definitivo, as Partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo.

Em 28 de julho de 2022 foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 21/2022 entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente"), com a interveniência e anuência da ARTESP, resultando com extensão de prazo até o 21 de setembro de 2029 do Contrato de Concessão 010/CR/2000.

O referido Termo Aditivo e Modificativo Coletivo tem como objeto a inclusão da Obra de Prolongamento da Duplicação do Trecho Urbano do Município de Itapeva, entre os km 280+850 ao Km 282+700 e Km 284+700 ao Km 287+904, e Implantação de Dispositivo no Km 288+000, todos da Rodovia SP-258 Francisco Alves Negrão.

Em 2023, houve recuperação de Tráfego, sob influência do início da cobrança de eixo suspenso (SEFAZ) a partir de 01/10/2023 e do reajuste tarifário contratual de 3,94% além do reajuste adicional de R\$ 0,10 vigentes a partir de julho.

Neste ano não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.



Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

O contrato de concessão da Companhia não contém opção de renovação.

Os direitos do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

1.1.1. Principais eventos regulatórios

a. Reequilíbrio Cautelar – COVID-19

Em 29 de junho de 2023, concomitantemente ao reajuste anual das tarifas de pedágio da Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos com a autorização da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP, incluiu, na tarifa básica de pedágio, o valor adicional de R\$ 0,10 (dez centavos de real), a partir de 1º de julho de 2023, como medida cautelar de mitigação de desequilíbrios contratuais, inclusive das perdas incorridas dos efeitos da pandemia da COVID-19 na demanda da Concessionária supracitada.

1.2. Outras informações relevantes - Processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a concessionária e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.



As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (pandemia COVID 19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

1.2.1. Processo anteriormente reportados que foram encerrados

Os processos listados abaixo foram encerrados ou estão em fase de encerramento, não se verificando, na data de publicação destas demonstrações financeiras, qualquer risco, efeito material adverso, ou impacto contábil em relação a eles. Tais processos apenas serão reportados nas demonstrações financeiras futuras se, por qualquer motivo, ocorrer alguma mudança de expectativa de seus riscos ou efeitos.

Em virtude do acordo celebrado pelas concessionárias paulistas e informado por meio do Fato Relevante divulgado no dia 29 de junho de 2021 os seguintes processos administrativos ou judiciais de interesse da Companhia foram encerrados no exercício de 2023:

- a) Ações judiciais referentes ao Termo Aditivo Modificativo n.º 14/06;
- b) Ação Judicial sobre a Alteração do Índice de reajuste de tarifas de pedágio;
- c) Ação judicial sobre o Reajuste Tarifário de 2013; e
- d) Ação Judicial sobre o Reajuste Tarifário de 2014.

A administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 7 de março de 2024, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das Demonstrações Financeiras.



Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas:

- 7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. **Impostos diferidos:** valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 13.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
14. **Provisão de manutenção:** estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e
18. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.



Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que prevêem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 16.

3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos



financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.



A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.



Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

3.6. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros



custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados pela curva de benefício econômico.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 11.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.14.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.



3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.



Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrio contratual.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.10. Provisão de manutenção - contrato de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.



3.11. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.12. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem



envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

3.14. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.



A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.15. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.16. Adoção inicial de normas novas e alterações

O Grupo CCR adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023:

- CPC 50 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 26;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23; e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32).

3.17. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26;
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26; e
- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.



- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxas de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 12 e 18.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.º 6, 9, 12 e 18.



As tarifas das concessões da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide notas explicativas n.ºs 12 e 18.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures e notas promissórias (a)	313.490	413.931	447.218	160.038	66.566
Fornecedores de partes relacionadas	3.683	-	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	33.082	6.014	1.487	1.027	-
Juros sobre capital próprio	4.178	-	-	-	-
Obrigações com Poder Concedente	1.494	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 113.998, substancialmente composto por debêntures, conforme mencionado na nota explicativa n.º 12. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.



6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	4.366	4.503
Aplicações financeiras (a)	121.452	128.994
Total	125.818	133.497

Aplicações financeiras	2023	2022
Circulante	4.984	547
Aplicações financeiras (a)	4.808	377
Conta reserva (b)	176	170
Total	4.984	547

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,50% do CDI, equivalente a 13,04% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (101,92% do CDI, equivalente a 12,67% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2022).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
(b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a debêntures (nota explicativa n.º 12).

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2023	2022
Circulante	67.604	54.860
Contas a receber das operações (a)	67.730	54.917
Provisão para perda esperada (b)	(126)	(57)
Total	67.604	54.860

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão; e
(b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2023	2022
Créditos a vencer	67.581	54.843
Créditos vencidos até 60 dias	12	8
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	11	9
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	26	9
Créditos vencidos há mais de 180 dias	100	48
Total bruto de provisão para perda esperada	67.730	54.917



8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	256.698	138.302
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(87.277)	(47.023)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(1.016)	(3.425)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(248)	(243)
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	3.003	886
Juros sobre capital próprio	6.564	6.123
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	53	
Outros ajustes tributários	56	26
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(78.865)	(43.656)
Impostos correntes	(111.403)	(76.861)
Impostos diferidos	32.538	33.205
Alíquota efetiva de impostos	30,72%	31,57%

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2023	2022
Ativo	85.190	47.135
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.667	935
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	56	33
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	1.926	3.501
Provisão de manutenção	78.332	41.535
Provisão para fornecedores	-	93
Arrendamento	5	5
Programa de gratificação longo prazo	403	-
Tributos com exigibilidade de suspensão de Pis e Cofins	1.801	1.033
Compensação de imposto ativo	(45.810)	(40.293)
Impostos ativos após compensação	39.380	6.842
Passivo	(45.810)	(40.293)
Diferenças temporárias - Lei n.º 12.973/2014 (a)	(10.797)	(12.675)
Atualização monetária - depósitos judiciais (Caixa)	(10.618)	(5.945)
Ajuste a valor presente sobre outorga variável - RTT	(1.613)	(1.613)
Capitalização de juros	(19.281)	(16.320)
Custo de transação de empréstimos	(1.498)	(1.316)
Amortização de ágio	(2.003)	(2.424)
Compensação de imposto passivo	45.810	40.293
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido	39.380	6.842



Movimentação do imposto diferido	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	6.842	(26.363)
Reconhecimento no resultado	32.538	33.205
Saldos em 31 de dezembro	39.380	6.842

(a) (Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo 69 da lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de debêntures e notas promissórias capitalizado.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2023			2022		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	97.686	97.686	1	27.117	27.118
Aplicações financeiras	-	89.912	89.912	-	21.426	21.426
Bancos conta movimento	-	447	447	-	268	268
Contas a receber	-	7.161	7.161	1	5.423	5.424
Outros créditos	-	166	166	-	-	-
Passivo	221	7.640	7.861	5.969	328.661	334.630
Debêntures	-	-	-	-	328.486	328.486
Fornecedores e contas a pagar	221	3.462	3.683	1.870	141	2.011
Juros sobre capital próprio	-	4.178	4.178	4.099	-	4.099
Outros débitos	-	-	-	-	34	34

Transações	2023			2022		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Benefício da previdência privada de colaboradores	-	(124)	(124)	-	(69)	(69)
Custos / despesas com ressarcimento de danos ao patrimônio	-	-	-	-	(6)	(6)
Custos / despesas de serviços prestados - CSC	-	-	-	(4.176)	-	(4.176)
Custos / despesas de serviços prestados - serviços especializados	-	(151)	(151)	-	(12)	(12)
Custos / despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	(398)	(398)	-	(418)	(418)
Custos / despesas - doações	-	(1.953)	(1.953)	-	(2.840)	(2.840)
Despesas financeiras	-	(108)	(108)	-	(36)	(36)
Juros sobre cessão de crédito	-	-	-	-	173	173
Receitas de aplicações financeiras	-	14.985	14.985	-	1.067	1.067
Repasso de custos e despesas - CSC	38.549	-	38.549	16.229	-	16.229
Repasso de custos e despesas de colaboradores	(14)	(58)	(72)	(58)	(50)	(108)

9.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	Diretores - Estatutários e não estatutários	
	2023	2022
Remuneração (a)	(937)	3.471
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	346	1.264
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável do ano	8	1.296
(Reversão) Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (b)	(1.296)	842
Previdência privada	5	67
Seguro de vida	-	2



Na Assembleia Geral Ordinária realizada (AGO) em 18 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000. A remuneração anual inclui honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios.

Saldos a pagar a profissionais-chave

	2023	2022
Remuneração dos administradores (a)	-	917

- a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária).
- b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi efetuada a reversão de PPR na Companhia no montante de R\$ 1.296.

Decorrente da reestruturação da administração no Grupo CCR em 2023, houve rescisão dos Diretores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, não há remuneração da Administração, pois atualmente os administradores são remunerados por outras partes relacionadas do Grupo CCR.

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado						Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Terrenos	Equipamentos operacionais			
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.128	6.253	3.471	38	126	14.193	25.229	6.708	31.937
Adições	-	-	-	-	-	-	-	18.584	18.584
Baixas	-	-	(846)	-	-	-	(846)	(36)	(882)
Transferências	124	1.148	2.008	-	-	2.437	5.717	(5.087)	630
Depreciação	(250)	(1.603)	(2.014)	(8)	-	(3.920)	(7.795)	-	(7.795)
Baixa de depreciação	-	-	832	-	-	-	832	-	832
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.002	5.798	3.471	30	126	12.710	23.137	20.169	43.306
Custo	3.932	25.798	14.840	609	126	48.498	93.803	20.169	113.972
Depreciação acumulada	(2.930)	(20.000)	(11.369)	(579)	-	(35.788)	(70.666)	-	(70.666)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.002	5.798	3.471	30	126	12.710	23.137	20.169	43.306
Adições	-	-	-	-	-	-	-	33.437	33.437
Baixas	(1)	(90)	-	-	-	(168)	(259)	-	(259)
Transferências	270	3.391	3.598	-	-	663	7.922	(7.922)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	39	-	-	-	-	39	-	39
Depreciação	(250)	(1.779)	(2.301)	(10)	-	(3.293)	(7.633)	-	(7.633)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.021	7.359	4.768	20	126	9.912	23.206	45.684	68.890
Custo	4.192	28.135	17.560	609	126	48.314	98.936	45.684	144.620
Depreciação acumulada	(3.171)	(20.776)	(12.792)	(589)	-	(38.402)	(75.730)	-	(75.730)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.021	7.359	4.768	20	126	9.912	23.206	45.684	68.890
Taxa média anual de depreciação %									
Em 31 de dezembro de 2023	13	14	24	7	-	12			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos das debêntures no montante de R\$ 3.699 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.149 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo das debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 13,24% a.a. e 13,36% a.a., respectivamente.



11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível						
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	concessão gerado na aquisição de negócios	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldos em 1º de janeiro de 2022	878.214	1.838	544.164	2.278	1.426.494	8.420	1.434.914
Adições	-	-	-	2.385	2.385	25.048	27.433
Transferências	11.014	398	-	(1.028)	10.384	(11.014)	(630)
Amortização	(110.773)	(583)	(68.169)	-	(179.525)	-	(179.525)
Outros	(162)	-	-	-	(162)	-	(162)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	778.293	1.653	475.995	3.635	1.259.576	22.454	1.282.030
Custo	1.565.441	12.814	1.138.254	3.635	2.720.144	22.454	2.742.598
Amortização acumulada	(787.148)	(11.161)	(662.259)	-	(1.460.568)	-	(1.460.568)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	778.293	1.653	475.995	3.635	1.259.576	22.454	1.282.030
Adições	-	-	-	2.831	2.831	146.664	149.495
Transferências	2.087	2.670	-	(2.670)	2.087	(2.087)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	(39)	-	-	(39)	-	(39)
Amortização	(105.453)	(899)	(64.371)	-	(170.723)	-	(170.723)
Outros	(20)	-	-	-	(20)	(108)	(128)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	674.907	3.385	411.624	3.796	1.093.712	166.923	1.260.635
Custo	1.567.508	15.440	1.138.254	3.796	2.724.998	166.923	2.891.921
Amortização acumulada	(892.601)	(12.055)	(726.630)	-	(1.631.286)	-	(1.631.286)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	674.907	3.385	411.624	3.796	1.093.712	166.923	1.260.635
Taxa média anual de amortização %							
Em 31 de dezembro de 2023	(a)	20	(a)				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos das debêntures no montante de R\$ 11.507 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.697 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo das debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 13,24% a.a. e 13,36% a.a., respectivamente.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, à obra detalhada a seguir:

Duplicação da SP-255, SP-258 e SP-270	161.720
---------------------------------------	----------------

12. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar		
					2023	2022	
9ª Emissão - Série única	CDI + 2% a.a.	2,0026% (a)	Março de 2026	4.074	825	302.972	506.577 (d)
10ª Emissão - Série única	CDI + 1,85% a.a.	1,9382% (a)	Agosto de 2026	1.798	885	506.466	508.572 (c)
11ª Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	2,0305% (a)	Fevereiro de 2027	884	534	168.327	168.968 (d)
12ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	2,1880% (a)	Março de 2028	2.575	2.162	127.620	- (b)
Total					4.406	1.105.385	1.184.117



	2023	2022
Circulante	225.484	252.363
Debêntures	227.192	253.988
Custos de transação	(1.708)	(1.625)
Não circulante	879.901	931.754
Debêntures	882.599	933.999
Custos de transação	(2.698)	(2.245)
Total	1.105.385	1.184.117

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantias:

- (b) Não existem garantias;
 (c) Aval/fiança corporativa da Controladora CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
 e
 (d) Fiança corporativa da Controladora CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2023
2025	298.800
2026	378.800
2027	142.500
A partir de 2028	62.499
(-) Custos de transação	(2.698)
Total	879.901

A Companhia possui *covenants* que podem restringir a distribuição de dividendos caso não sejam atendidos. Este indicador é constantemente monitorado e não há quebra destes *covenants*.

13. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

13.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:



	Cíveis, Administrativos e outros	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.988	720	5.589	10.297
Constituição	1.694	404	8.354	10.452
Reversão	(647)	(4)	(6.012)	(6.663)
Pagamentos	(4.249)	(395)	(4.314)	(8.958)
Atualização de bases processuais e monetária	226	73	238	537
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.012	798	3.855	5.665

13.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2023	2022
Cíveis e administrativos	1.542	373
Trabalhistas e previdenciárias	205	96
Tributárias (a) (b) (c) (d)	1.318.460	1.187.175
Total	1.320.207	1.187.644

Os principais processos relativos a questões tributárias são:

- R\$ 348.467 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 299.957 em 31 de dezembro de 2022), por supostos débitos e IRPJ e CSLL, oriundos de despesas de amortização de ágio, sendo que para fins de garantia da parcela controvertida dos anos-calendários de 2014 a 2017 houve a apresentação de seguro, atualmente no valor de R\$ 191.667, e em relação aos anos-calendários 2018 em diante, os valores são objeto de depósito judicial, atualmente no valor de R\$ 156.799 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 121.129 em 31 de dezembro de 2022). Aguarda-se a apreciação do Recurso de Apelação interposto pela Companhia em 9 de agosto de 2023, em face da sentença de improcedência da ação no que se refere à dedução fiscal;
- R\$ 333.452 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 306.852 em 31 de dezembro de 2022), reduzido para R\$ 192.304 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 178.110 em 31 de dezembro de 2022) em virtude de decisão não definitiva proferida em processo administrativo em curso, por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2012 e 2013, decorrentes da glosa de despesas financeiras e multas isoladas;
- R\$ 202.870 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 185.580 em 31 de dezembro de 2022), reduzido para R\$ 157.483 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 143.803 em 31 de dezembro de 2022) em virtude de decisão não definitiva proferida em processo administrativo em curso, por diferenças de IRPJ e CSLL no ano-calendário de 2014, decorrentes da glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas; e
- R\$ 433.669 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 394.785 em 31 de dezembro de 2022), reduzido para R\$ 316.635 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 289.196 em 31 de dezembro de 2022) em virtude de decisão não definitiva proferida em processo administrativo em curso, por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2015 e 2016, decorrentes de glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas.



14. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.096	121.067	122.163
Constituição	271	92.703	92.974
Ajuste a valor presente	105	15.313	15.418
Realização	(166)	-	(166)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.306	229.083	230.389

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022, para o cálculo do valor presente, são de 9,24% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 205.225, composto por 205.225.063 ações nominativas ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

15.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

15.3. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária de 2024.

15.4. Juros sobre capital próprio

Em 24 de março de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2022, no montante bruto de R\$ 4.273, correspondente a R\$ 0,02082026784 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 3.632, pagos em 24 de março de 2023.

Em 21 de junho de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 31 de março de 2023, no montante bruto de R\$ 4.846, correspondente a R\$ 0,023611825860 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 4.119, pagos em 21 de junho de 2022.

Em 21 de setembro de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 30 de junho de 2023, no montante bruto de R\$ 5.270, correspondente a R\$ 0,025679816600 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 4.480, pagos em 25 de novembro de 2022.

Em 21 de dezembro de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 30 de setembro de 2023, no montante bruto de R\$ 4.916, correspondente a R\$ 0,02395423121 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 4.179, a serem pagos quando oportuno.



Os juros sobre capital próprio serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2023.

15.5. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (lei n.º 6.404/76).

Em 18 de abril de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos intermediários do exercício de 2023, no montante de R\$ 12.041, correspondentes a R\$ 0,05866663766 por ação. O pagamento foi realizado em 28 de abril de 2023.

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2023, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2023
Lucro líquido do exercício	177.833
(-) Constituição de reserva legal	(8.892)
Lucro líquido ajustado	168.941
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	42.235
Total de juros sobre capital próprio pagos	19.305
Total dos dividendos pagos	108.716
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	128.021

15.6. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2023, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor nesta data.

O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Controladora e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Controladora e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela, visto que a primeira, segunda e terceira parcela tem um período de *vesting* de 2, 3 e 4 anos, respectivamente, tendo o plano uma duração total de 5 anos. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no atingimento de 80% do TSR (Total Shareholder Return) alvo real da Companhia no período.

A Controladora utiliza o modelo Black-Scholes-Merton para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no TSR. Os principais parâmetros de precificação foram:

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 5.504;
- Data da outorga: 26 de junho de 2023;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,72;
- Preço de exercício (TSR alvo) para cada tranche: R\$ 13,38, R\$ 15,17 e R\$ 16,96;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Controladora entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,51%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%;



- Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*).

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 5.504 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2023 (data de outorga), de R\$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 55.

16. Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Receita bruta	1.109.856	882.455
Receitas de pedágio	980.755	854.773
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	122.287	23.219
Receitas acessórias	6.814	4.463
Deduções das receitas brutas	(86.192)	(74.534)
Impostos sobre receitas	(85.746)	(74.128)
Abatimentos	(446)	(406)
Receita operacional líquida	1.023.664	807.921

17. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras	(170.021)	(178.748)
Juros sobre debêntures	(167.790)	(172.641)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	-	(173)
Perda com operações de derivativos	-	(3.192)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(15.418)	(4.308)
Capitalização de custos de debêntures	15.206	2.846
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(6)	(4)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	(30)	(19)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.983)	(1.257)
Receitas financeiras	36.087	30.882
Ganho com operações de derivativos	-	3.316
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value option</i>)	-	1.807
Rendimento sobre aplicações financeiras	21.414	14.403
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	2	1
Juros e outras receitas financeiras	14.671	11.355
Resultado financeiro líquido	(133.934)	(147.866)



18. Instrumentos financeiros

18.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2023	2022
Ativo	Nível	205.567	194.328
Valor justo através do resultado		130.802	134.044
Caixa e bancos	Nível 2	4.366	4.503
Aplicações financeiras	Nível 2	126.260	129.371
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	176	170
Custo amortizado		74.765	60.284
Contas a receber das operações		67.604	54.860
Contas a receber de partes relacionadas		7.161	5.424
Passivo		(1.152.172)	(1.221.275)
Custo amortizado		(1.152.172)	(1.221.275)
Debêntures (a)		(1.105.385)	(1.184.117)
Fornecedores e outras obrigações		(41.610)	(33.878)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(3.683)	(2.011)
Obrigações com Poder Concedente		(1.494)	(1.269)
Total		(946.605)	(1.026.947)

(a) O valor contábil está líquido dos custos de transação

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	1.109.791	1.146.542	1.187.987	1.232.913

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-D).

18.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.



A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

18.3. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ (3) (4)	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	1.109.791	(153.245)	(186.325)	(219.408)
Efeito sobre debêntures e derivativos		(153.245)	(186.325)	(219.408)
CDI	127.004	10.594	13.222	15.842
Efeito sobre as aplicações financeiras		10.594	13.222	15.842
Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)		(142.651)	(173.103)	(203.566)

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	11,65%	14,56%	17,48%
--------------------	--------	--------	--------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

19. Compromissos vinculados a contrato de concessão

19.1. Compromisso com o Poder Concedente – Outorga variável

	% Base	Valor pago no exercício		Circulante		
		2023	2022	Valor a pagar	2023	2022
Outorga variável	1,5	Receita bruta	16.106	13.086	1.494	1.269
Total			16.106	13.086	1.494	1.269

19.2. Compromissos relativos às concessões

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contempla investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2023 esses compromissos estavam estimados em R\$ 1.179.783 (R\$ 1.306.123 em 31 de dezembro de 2022), refletindo o valor dos investimentos estabelecimentos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrio firmados com o Poder Concedente e atualizado anualmente pelo índice de reajuste tarifário.



20. Demonstração do fluxo de caixa

20.1. Transações que não afetaram caixa

Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2022
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	3.449
Fornecedores	3.449
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(3.449)
Adição ao ativo intangível	(3.449)

20.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Debêntures	Dividendos e juros sobre capital próprio	Arrendamentos	Total
Saldo inicial	(1.184.117)	(4.099)	(135)	(1.188.351)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	246.522	137.087	217	383.826
Captações (líquidas dos custos de transação)	(122.426)	-	-	(122.426)
Pagamentos de principal e juros	368.948	-	217	369.165
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	137.087	-	137.087
Outras variações que não afetam caixa	(167.790)	(137.166)	(334)	(305.290)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	(167.790)	-	(30)	(167.820)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(137.166)	-	(137.166)
Adições	-	-	(304)	(304)
Saldo final	(1.105.385)	(4.178)	(252)	(1.109.815)



Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Roberto Penna Chaves Neto	Membro Efetivo
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Presidente
Guilherme Motta Gomes	Diretor de Operações
Angelo Luiz Lodi	Diretor de Engenharia

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0